



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: legislativo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

PÁGINA
01

DESTINA-SE AO ARQUIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 274/1988.

MENSAGEM: Nº 176/1988, DE 15/4/1988.

LIDO EM: 19/4/1988.

TOTAL DE PÁGINAS: 14.

ASSUNTO:- Autoriza a Mitra Diocesana da Arquidiocese de Maringá à permutar imóvel doado, na forma que especifica.

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Ofício de Encaminhamento no dia 18/5/1988 sob o nº 142/88/AJS*.

REJEITADO PELAS COMISSÕES, EM 16/05/88.

EM 19, 04, 88.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

Avenida Londrina, 523 - Fone 22-4665 - Cx. Postal, 13
CEP 86985 - SARANDI - PARANÁMENSAGEM Nº 176/88

Sarandi, 15 de abril de 1988.

REF.: Autorização para a MITRA DIOCESANA DA AR-
QUIDIOCESE DE MARINGÁ, permutar terreno
doado pelo Município.

Senhor Presidente:

Ao encaminharmos para apreciação e posteri-
or votação por essa Edilidade, o Anteprojeto de Lei em anexo, que
trata da autorização para que a MITRA DIOCESANA DA ARQUIDIOCESE DE
MARINGÁ possa permutar o imóvel constituído pela quadra nº 03, com
área de 3.762,50 m2., do loteamento denominado Jardim Social, si-
tuado neste Município, cujo imóvel, originado pela doação efetuada
através da Lei Municipal sob nº 184/87, de 18/07/87. Fomos motiva-
dos pelo fato de que, o local mais adequado no momento, por ficar
num ponto central e estratégico, onde há uma maior concentração de
habitações, é nas imediações da Escola Municipal Anna Saddi Barros
Cunha, do Jardim Independência 2ª Parte, situado n/Município, con-
forme relatório do Conselho da Paróquia local, vistado pelo Arce-
bispo Metropolitano de Maringá, tendo como finalidade edificar uma
Igreja e um Salão Paroquial.

A quadra nº 02, com área de 2.825,00 m2.,
localizada no Jardim Social, neste Município, ficará incidindo a
mesma destinação prevista pelo artigo 2º da Lei Municipal sob nº
184/87 de 18/07/87.

Diante dos motivos apresentados e justifi-
cados, aguardamos a tramitação legal para posterior sanção e apli-
cação da Lei na sua forma prevista.

Atenciosamente

- JULIO BIFON -

Prefeito Municipal

EXMº. SR.

ALÉCIO PAGLIOTTO

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / SARANDI-PR.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

Avenida Londrina, 523 - Fone 22-4665 - Cx. Postal, 13
CEP 86985 - SARANDI - PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI Nº 274/88

SÚMULA: Autoriza a MITRA DIOCESANA DA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ à permutar imóvel doado, na forma que especifica:

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, Estado do Paraná, aprova e eu, JULIO BIFON, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, por força desta Lei, autorizado a MITRA DIOCESANA DA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, à permutar o imóvel constituído pela quadra nº 03 (três), com área de 3.762,50 m2., do loteamento denominado Jardim Social, situado neste Município, procedente da doação efetuada através da Lei Municipal sob nº 184/87, de 18/07/87.

Parágrafo Único - A permuta deverá ser efetivada por imóvel(is) localizado(s) nas adjacências da Escola Municipal Anna Saddi Barros Cunha, deste Município, com a finalidade de se construir uma Igreja e um Salão Paroquial.

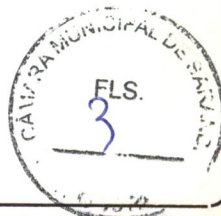
Art. 2º - Permanecem inalterados os dispositivos constantes do artigo 2º da Lei Municipal sob nº 184/87 de 18/07/87, recaindo sobre a quadra nº 02 (dois), com área de 2.825,00 m2., do Jardim Social, situado neste Município.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 15 de abril de 1988.




- JULIO BIFON -
Prefeito Municipal





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

AVENIDA LONDRINA, 525 - FONE: 22-4665 - CX. POSTAL, 15
CEP 86.985 - SARANDI - PARANÁ

LEI Nº 184/87

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a Doação de duas áreas de terras à MITRA DIOCESANA da Arquidiocese de Maringá, na forma que especifica:

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Julio Bifon**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º** - Fica, por força desta Lei, autorizado o Poder Executivo Municipal, a doar à MITRA DIOCESANA DA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 02 (duas) áreas de terras, constituídas pelas quadras 'números 02 (dois), com área de 2.825,00 m2. e 03 (três), com área de 3.762,50 m2., localizadas no Jardim Social, Planta Urbana deste Município.
- Art. 2º** - As áreas de terras mencionadas no art. 1º desta Lei, destinam-se a edificação de uma Igreja, uma Casa das Irmãs de Caridade e um Salão Paroquial.
- Art. 3º** - As despesas decorrentes com a escrituração definitiva das respectivas áreas, correrão por conta do Município de Sarandi.
- Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 18 de julho de 1987.

- JULIO BIFON -

Prefeito Municipal

0 DIÁRIO
DO NORTE DO PARANÁ
4256 09 08 87
X.F.



ASSUNTO-LOCAL DA IGREJA NOVA PARA A COMUNIDADE INDEPENDENCIA
UM RESUMO DO PROBLEMA E UMA PROPOSTA.

A comunidade Independência recebeu da Prefeitura de Sarandi-Pr., duas quadras no final da Av. Londrina, uma de cada lado da Rua, proxima a Caixa-D'Agua.

Na reunião do conselho foi aprovado um rascunho para a construção de um salão e salas para encontros, todos acharão muito util, mas se tivermos condições de acharmos um pedaço de terra mais perto do Colegio Anna Sadá, - que é mais central para o povo de hoje seria bom, e alem disso ficaríamos ainda com bastante terra lá em baixo para qualquer construção no futuro. - Nesta reunião o Conselho aceitou pesquisar esta possibilidade, esta opção foi levada ao nosso Arcebispo que gostou e aprovou nossa ideia.

Enfim achamos que as quatro datas que ficam na Av. Santo Dumont esquina com a Rua Carlos Gomes de um lado, e Rua Machado de Assis do outro lado, pertencem ao sr. Julio Bifon.

Após a Missa do Inicio do serviço do sr. Sebastião foi chamada a liderança e foi formada uma pequena comissão formada pelo padre, o Ministro Geral sr. Orlando Cavalaro e o sr. João Dutra para se encontrarem com o sr. Julio Bifon para estudarmos uma possibilidade de negociação e trazermos uma sugestão concreta para a Comunidade.

A Comissão se encontrou duas vezes com o sr. Julio Bifon e hoje esta em condições de colocar uma proposta concreta ao conselho.

As quatro datas que pertencem ao sr. Julio contem 1.200m². A quadra de nossa propriedade contem 3.868 m². Foi feita uma pesquisa e achamos que o preço das datas é mais ou menos de Cz\$.120.000,00 por data que vamos adquirir e Cz\$.40.000,00 por data que vamos dispor. Nestas condições a comissão esta sugerindo de trocar a quadra triangular pelas quatro datas por simples permuta. Vamos ainda ficar com a outra quadra que esta ao lado direito da Av. Londrina que é mais bonita e melho colocada. Alem disso a posição das quatro datas que vamos adquirir por razões pastorais custam ouro.

A DECISÃO FINAL E DO CONSELHO

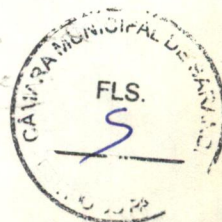
Orlando Cavalaro
Orlando Cavalaro
Ministro Geral

Pe. João Caruana
Pe. João Caruana
Pároco

João Dutra
João Dutra
Membro da Comissão.

Manoel, 04. março 1988
João Dutra
Car. lopo Albuquerque

- Nota: A Câmara Municipal deve dar a permissão para a terreno para a mesma finalidade
Contar com a ajuda



.....

19-A VENDEDORA sendo legítima proprietária e possuidora do imóvel, livre e desembaraçada de quaisquer ônus reais servidões e outros gravâmes do loteamento urbano denominado "JARDIM INDEPENDENCIA 2ª PARTE", subdivisão dos lotes de terras n.ºs. 48, 49, 49-B, 50, 51, 52, 53, 54, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, e 93-A, com área total de 997.080,40 Metros Quadrados da Gleba Patrimônio Sarandi, Município e Comarca de Marialva-Pr, havidos pelas transcrições e Registro a seguir: R.1-92 do L.02, R.1-243 do L.02, T.10.748 do L.03-Q, T.11.109 do L.03-Q, R.2-300 do L.02, T.11.025 do L.03-Q, T.10.749 do L.03-Q, T.10.997 do L.03-Q, T.10.749 do L.03-Q, R.1-305 do L.02, T.10.996 do L.03-Q, T.11.183 do L.03-R, R.1-1.155 do L.02, R.1-42 do L.02, R.1-954 do L.02, R.2-1.383 do L.02, R.2-573 do L.02 e R.2-93 do L.03, todos do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marialva, Estado do Paraná, onde se acham registrados sob n.º R.1-3.012 do livro n.º 02, o respectivo plano de loteamento de acordo com o decreto lei n.º 58 de 10/12/1937, e seu regulamento aprovado pelo decreto n.º 3.079 de 15/09/1938, devidamente autorizado pela prefeitura do Município de Marialva, Estado do Paraná, conforme Alvará de Licença n.º 960 do 15/12/76, promete vender e o(s) COMPRADOR(ES) se obriga(m) a comprar o terreno constante da planta Geral e Oficial do referido "JARDIM INDEPENDENCIA 2ª PARTE", e caracterizado pela Data n.º 02/0015) da Quadra n.º 40 (QUARENTA) com área total de 276,75m2 (DUZENTOS E SETENTA E SEIS m2, SETENTA E CINCO) dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se: No rumo NE 36º28'50" com a Avenida Santos Dumont, numa distancia de 10,25 metros; No rumo SE 53º32' NO com a data n.º 03, numa distancia de 03, numa distancia de 27,00 metros; No rumo SO 36º28' NE com a parte da data n.º 06, numa distancia de 10,25 metros; E finalmente. No rumo NO 53º32' SE com a data n.º 01, numa distancia de 27,00 metros. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao NORTE VERDADEIRO.

[illegible]

5a-Todos os impostos, taxas, contribuições, multas e demais tributos de qualquer origem ou natureza, federais, Estaduais e Municipais, que recaiam ou venham a recair sobre o terreno e seus acessórios, ou sobre o presente contrato embora lançados em nome da vendadora serão pagos pontualmente pelo(s) COMPRADOR(ES), seus herdeiros e sucessores as repartições competentes, obrigando-se ainda o(s) COMPRADOR(ES) a cumprir as intimações que-

na qualidade de Compromissario(a) comprador(es) que de ora em diante será(ão) simplesmente referidos como COMPRADOR(ES), o Compromisso de Venda e Compra seguinte;

19-A VENDEDORA sendo legítima proprietária e possuidora do imóvel, livre e desembaraçada de quaisquer ônus reais, servidões e outros gravâmes do loteamento urbano denominado "JARDIM INDEPENDENCIA 2ª PARTE", subdivisão dos lotes de terras n.ºs. 48, 49, 49-B, 50, 51, 52, 53, 54, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, e 93-A, com área total de 997.080,40 Metros Quadrados da Gleba Patrimônio Sarandi, Município e Comarca de Marialva-Pr., havidos pelas transcrições e Registro a seguir: R.1-92 do L.02, R.1-243 do L.02, T.10.748 do L.03-Q, T.11.109 do L.03-Q, R.2-300 do L.02, T.11.025 do L.03-Q, T.10.749 do L.03-Q, T.10.997 do L.03-Q, T.10.749 do L.03-Q, R.1-305 do L.02, T.10.996 do L.03-Q, T.11.183 do L.03-R, R.1-155 do L.02, R.1-42 do L.02, R.1-954 do L.02, R.2-1.383 do L.02, R.2-573 do L.02 e R.2-93 do L.03, todos do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marialva, Estado do Paraná, onde se acham registrados sob n.º R.1-3.012 do livro n.º 02, o respectivo plano de loteamento de acordo com o decreto lei n.º 58 de 10/12/1937, e seu regulamento aprovado pelo decreto n.º 3.079 de 15/09/1938, devidamente autorizado pela prefeitura do Município de Marialva, Estado do Paraná, conforme Alvará de Licença n.º 960 de 15/12/76, promete vender e o(s) COMPRADOR(ES) se obriga(m) a comprar o terreno constante da planta Geral e Oficial do referido "JARDIM INDEPENDENCIA 2ª PARTE", e caracterizado pela Date nº 04 (QUATRO) de Quadra nº 40 (QUARENTA) com área total de 324,80m² (TREZENTOS E VINTE E QUATRO METROS QUADRADOS) dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se: No rumo NE 36º28'15" SO com a Avenida Santos Dumont, numa distancia de 12,00 metros; No rumo SE 53º32'10" NO com a Rua Machado de Assis, numa distancia de 27,00 metros; No rumo SO 36º28'15" NE com a parte da Date nº 05, numa distancia de 12,00 metros. E finalmente. No rumo NO 53º32'15" SE com a data nº 03, numa distancia de 27,00 metros. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao NORTE VERDADEIRO.

[illegible]

3ª- Após o vencimento da prestação, qualquer débito será majorado de juros de mora de 1% (UM POR CENTO) ao mês que será cobrado juntamente com o recibo ou promissórias a favor da VENDEDORA, sem prejuízo da Clausula rescisória, mais as taxas de expediente;

4ª-A VENDEDORA não é obrigada a receber qualquer importância em débito, sem que o(s) COMPRADOR(ES) ponham em dia os pagamentos devidos e qualquer recebimento fora do prazo estabelecido, será considerado mera tolerância da VENDEDORA para com o(s) COMPRADOR(ES) sem prejuízo de quaisquer das cláusulas deste contrato;

5º-Todos os impostos, taxas, contribuições, multas e demais tributos de qualquer origem ou natureza, federais, Estaduais e Municipais, que recaiam ou venham a recair sobre o terreno e seus acessórios, ou sobre o presente contrato embora lançados em nome da vendadora serão pagos pontualmente pelo(s) COMPRADOR(ES), seus herdeiros e sucessores às repartições competentes, obrigando-se ainda o(s) COMPRADOR(ES) a cumprir as intimações que-

Sarandi, 05 de maio de 1988.

Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Gostaria de acompanhar o pedido da Prefeitura deste Município, sobre a permuta do terreno para a construção da Igreja para a Comunidade do Jardim Independência. Gostaria ainda de informar a Vossa Excelência, que o assunto foi amplamente discutido no Conselho Pastoral da Comunidade, quando foi colocado ao voto SECRETO, obtendo uma votação de 18 votos favoráveis à permuta e nemum voto contra. Em seguida levamos o resultado ao Arcebispo Dom Jaime, o qual confirmou a decisão tomada pelo Conselho, estando o Arcebispo totalmente a favor dessa troca por razões claras pastora^{is}is.

Colocamo-nos a disposição se precisarmos de mais alguns esclarecimentos. Gostaria de frisar que eramos interessados nesta área de terras há mais de 02 (dois) anos. Nunca pensei que vai ser tão fácil para a Comunidade adquirir, graças ao pedaço de chão que a Prefeitura e a Câmara deu à Comunidade é bastante grande, e vai sobrar bastante terra para que futuramente possamos construir uma Igreja que sem dúvida vai precisar, sabendo-se a melhor parte foi reservada. Enfim, pastoralmente falando essa permuta para nós vai custar ouro.

Na certeza de estarmos realizando algo de melhor para a Comunidade do Jardim Independência e das adjacências, nos colocamos a disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente

Pe. João Caruana

Pe. JOÃO CARUANA
Paroco

EXMO. SR.
ALÉCIO PAGLIOTTO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
SARANDI-PARANÁ





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

À Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Alcides D. Silva
Presidente da Câmara

Como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social
designo relator do Projeto de Lei N.º 274/88, do Chefe do Executivo
o Vereador JOSÉ FERNANDES DE ARAÚJO

Joel de Souza Moraes
Presidente da Comissão

PARECER

"CONTRARIO"

A Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social analisando o Projeto de Lei N.º 274/88, do Chefe do Executivo Municipal concluiu que o Projeto não tem mérito, porque tiraria a autonomia' do Município sobre a área mencionada no art. 1.º da Lei Municipal / n.º 184/87, objeto da doação e não daria autonomia nenhuma sobre a outra área de terras por se tratar de transação comercial entre terceiros, de um lado à Mitra e do outro lado o Senhor Júlio Bifon, Pessoa Física que automaticamente tira os poderes que o Município exerce sobre a área de terras constante do artigo 2.º da Lei de doação, Esta comissão sugere com base na proposta da Comissão Pastoral da Paróquia N.ª Sra. das Graças enviada à este Legislativo na qual expõe que a área de terras mencionada na proposta é ociosa, que a mesma volte a reintegrar o Patrimônio do Município, e que a outra área pretendida pela Pastoral seja comprada e doada através de lei' a Mitra Diocesana da Arquidiocese de Maringá. Este é o Parecer, cabendo ainda a decisão do Soberano Plenário deste Colendo Legislativo.

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal, aos 16 dias do mês de maio de 1988

Joel de Souza Moraes
Joel de Souza Moraes
Presidente

José Fernandes de Araújo
José Fernandes de Araújo
Relator

Carlos B. Sebrina
Carlos B. Sebrina
Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

À Comissão de Finanças e Orçamento

Mário Pacheco
Presidente da Câmara

Como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento
designo relator do Projeto de Lei N.º 274/88, do Chefe do Executivo
o Vereador Francisco Gomes de Alencar

Celso Guerreiro Alvares
Presidente da Comissão

PARECER

"C O N T R Á R I O "

A Comissão de Finanças e Orçamento, analisando o Projeto de Lei nº 274/88, do Chefe do Executivo Municipal, autorizando a Mitra Diocesana da Arquidiocese de Maringá à permutar parte da área de terras que lhe foi doada pela Lei Municipal nº 184/87, esta Comissão concluiu que se autorizar tal transação por Lei, o Município perderia totalmente o controle da mencionada área que passaria a pertencer de direito e de fato a pessoa física ou jurídica que não tem nenhuma destinação social ou religiosa para ocupação daquela área de terras. Na verdade qualquer negociação da referida área necessita anuência deste Poder Legislativo, mas sempre prevalecendo o art. 2º da Lei de doação no qual está explícito a finalidade cultural e social daquele lote de terras. Este é o parecer, cabendo ainda, a decisão do Soberano Plenário Colendo Legislativo.

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal, aos 04 dias do mês de maio do ano de 1988.

Celso Guerreiro Alvares
Celso Guerreiro Alvares
Presidente

Francisco Gomes de Alencar
Francisco Gomes de Alencar
Relator

Sebastião Cândia de Oliveira
Sebastião Cândia de Oliveira
Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

À Comissão de Justiça e Redação

Alcides Aguiar
Presidente da Câmara

Como Presidente da Comissão de Justiça e Redação designo relator do Projeto de Lei N.º 274/88, do Chefe do Executivo o Vereador Paulo Jordelino da Silva

Paulo Jordelino da Silva
Presidente da Comissão

PARECER

"C/O/N/T/R/A/R/I/O"

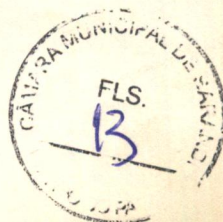
A Comissão de Justiça e Redação analisando o Projeto de Lei nº 274/88, que tem como signatário S. Ex^ª., o Prefeito Municipal, autorizando a Mitra Diocesana da Arquidiocese de Maringá a permutar a área de terras composta pela Quadra nº 03, do Jardim Social, medindo 3.762,50 m²., doada à Mitra pela Lei Municipal nº 184/87, esta Comissão concluiu que aquela área tem uma finalidade social e para tal foi destinada quando da doação. Assim sendo, se a Mitra Diocesana entender que não há necessidade de referida área para cumprir o disposto do artigo 1º da lei de doação, justo se faz, que aquela área seja reintegrada ao Patrimônio do Município. Este é o Parecer, cabendo ainda, a decisão final do Soberano Plenário deste Colendo Legislativo.

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal, aos 03 dias do mês de maio do ano de 1988.

Sebastião Gâncio de Oliveira
Presidente

Paulo Jordelino da Silva
Relator

José Fernandes de Araújo
Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

À Comissão de Obras e Serviço Público

Alcides Aguiar
Presidente da Câmara

Como Presidente da Comissão de Obras e Serviço Público
designo relator do Projeto de Lei N.º 274/88, do Chefe do Executivo
o Vereador JOEL DE SOUZA MORAES

Carlos Birches Sebrão
Presidente da Comissão

PARECER

" C Ô N T R Â R I Ô "

A Comissão de Obras e Serviços Públicos, analisando o Projeto de Lei nº 274/88, e os pareceres da Comissões de Justiça e Redação e Finança e Orçamento esta Comissão concluiu que o Projeto é inconstitucional porque contraria os princípios social e cultural da Lei de doação que perderia seu valor Jurídico que exerce sobre a área de terras constante do artigo 1º da Lei Municipal nº 184/87. O Parecer é Contrário, cabendo ainda, a decisão do Soberano Plenário deste Colendo Legislativo.

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal, aos 16 dias do mês de maio de 1988.

Carlos Birches Sebrão
Carlos Birches Sebrão
Presidente

Joel de Souza Moraes
Joel de Souza Moraes
Relator

Elisa de Almeida Caust
Membro

